

Cidades, gênero e poder: a espacialização das opressões

Cities, Gender, and Power: The Spatialization of Oppressions
Ciudades, género y poder: la espacialización de las opresiones

Larissa Siqueira Chaves¹  0000-0002-4550-2624

¹Universidade Federal de Santa Catarina, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Florianópolis, SC, Brasil. 88040-900 – ppgarqurb@contato.ufsc.br



BERTH, Joice.

Se a cidade fosse nossa: racismo, falocentrismos e opressões nas cidades.

São Paulo: Paz e Terra, 2023.

Nas cidades, o poder ganha um chão e uma localização.
(Joice Berth, 2023, p. 254)

Se a cidade fosse nossa: racismo, falocentrismos e opressões nas cidades foi escrito pela arquiteta e urbanista Joice Berth e publicado pela editora Paz e Terra em 2023. O texto apresenta uma linguagem objetiva e acessível apesar de tratar de assuntos complexos em torno do campo da arquitetura e urbanismo, permeados pela psicanálise e críticas antirracista, decolonial e feminista. Situa-se no debate pela busca de uma arquitetura e urbanismo contra-hegemônicos e, portanto, decoloniais. Nesse sentido, apresenta não somente uma história a contrapelo da realidade historicamente construída das cidades brasileiras, mas também desperta a provocação para a construção de um porvir urbano feminista e utópico.

Logo no início do primeiro capítulo, Berth (2023) traz como epígrafe o pensamento de Saskia Sassen o qual clama pela desestabilização dos conceitos sociológicos. Nesse sentido, Sandra Harding (1993) já alertava para a relevância de, no âmbito da teoria feminista, nos apossarmos das instabilidades das categorias analíticas como um recurso para fomentar novas formas de tecer teorias. O pensamento de Berth converge, portanto, para a compreensão feminista acerca da utilização de categorias intercambiantes em um cotidiano histórico que é “instável e incoerente” (HARDING, 1993, p. 11), assim como são “contextuais, contestáveis e contingentes”, conforme aponta Joan Scott (1999, p. 46), e é essa leitura da realidade que perpassa as análises apresentadas no livro.

É por meio da instabilidade ou desestabilização de conceitos que conseguimos compreender que as cidades não são nossas: não são das mulheres, não são das crianças, não são das pessoas idosas, não são das pessoas racializadas, não são das pessoas trans, não são das pessoas com deficiência, não são das pessoas periféricas. Assim, o direito à cidade (Henri LEFEBVRE, 2001) é um mote de luta que se torna premente.

Berth parte de sua experiência como mulher negra para abordar questões que concernem ao direito à cidade sob uma perspectiva interseccional decolonial. Nesse sentido, fica patente a relação com a historização da experiência em Scott (1999), na qual a experiência não é inerente ao sujeito, mas é construída no âmbito de um processo histórico, ou seja, os sujeitos são conformados por suas experiências pessoais. Assim, Berth questiona os processos de construção das subjetividades subalternas no âmbito da discussão acerca da questão fundiária urbana no Brasil. Da mesma forma, apresenta os estigmas associados a essas subjetividades – a questão da marginalidade dos corpos negros, o estigma dos favelados, bem como as lógicas racista e sexista que permeiam a segregação socioespacial.

A vivência de Joice Berth é desvelada tanto com relação a suas percepções de racialidade quanto de gênero, que são as duas opressões mais frisados no livro, cada qual com um capítulo próprio. Nesse sentido, utiliza a interseccionalidade como ferramenta analítica, desvelando como as relações de poder se organizam, retroalimentam e materializam no espaço urbano. Patricia Hill Collins e Sirma Bilge (2020) também abordam a questão da experiência e o fato de que esta, além de individual, é também coletiva, isto é, torna-se uma ferramenta relevante de luta pela justiça social. Assim, Berth (2023) é enfática em mostrar a necessidade de se considerar o planejamento urbano, a questão da terra e da propriedade numa perspectiva ampliada que inclua a interseccionalidade de raça, gênero e classe associada à compreensão dos processos históricos brasileiros, como um *continuum*. Assim reafirma-se a problemática do nó da terra urbana – termo difundido, principalmente, por Erminia Maricato (1999) – para se pensar as questões de exclusão social. “[...] a base excludente e desigual da urbanização brasileira é a questão fundiária. Nossas opressões nasceram da disputa pela terra. Esta é a gênese da sociedade brasileira moderna” (BERTH, 2023, p. 92).

Da mesma forma, sinaliza para o fato de que conceitos estáveis como a implementação de políticas públicas e intervenções no espaço urbano por si só não são capazes de solucionar problemas estruturais, como o nó da terra, o machismo e o racismo. Apesar disso, são paliativos que possibilitam o acesso a uma vida digna e a pensar a cidade para além do padrão hegemônico, da concepção de território neutro, da universalidade e homogeneidade dos corpos (Paula VILLAGRÁN, 2016), assim como do “‘cidadão’ imaginário e sem rosto” (Leslie KERN, 2021, p. 208). No texto fica evidente que a corporificação do discurso e das políticas são imprescindíveis na busca pelo direito à cidade. E, na realidade, quem representa os corpos e rostos mais vulneráveis? São as mulheres negras periféricas, a quem as políticas públicas urbanas de habitação, mobilidade, segurança, educação e saúde deveriam estar claramente direcionadas.

Estabelecendo essa narrativa, o discurso hegemônico de que as cidades brasileiras carecem de planejamento é desmantelado. Para Berth, a história de nossas cidades está enraizada nas teorias eugenistas e higienistas que reproduziram a violenta relação casa-grande-senzala no espaço urbano, ou seja, o planejamento tornou-se uma ferramenta de perpetuação do pacto da branquitude (Cida BENTO, 2022). Ademais, em estreito diálogo com Aníbal Quijano (2005) e demais autores decoloniais, revela que esse processo se perpetua, assim “a cidade colonial se converteu, então, em cidade da colonialidade” (BERTH, 2023, p. 142).

Berth demonstra que esse legado colonial conforma uma matriz de opressões que condicionam múltiplas violências: tanto o machismo como o racismo são verdadeiros ordenadores do território. Exercem sobre os corpos poder e domínio, controlando quais deles podem ocupar quais espaços. Nesse âmbito, faz uma conexão muito acertada com o conceito de “cidadania mutilada” de Milton Santos (1996, p. 134), quando se refere à exclusão e limitação das mulheres nas cidades, seja como aquelas que participam do planejamento urbano e construção de espacialidades, seja como usuárias desses espaços. Os corpos das mulheres na cidade se desvelam como “[...] um corpo estranho, indesejado, invadido e apto a ser cerceado ou limitado” (BERTH, 2023, p. 157), demonstrando que é justamente assim que, nós mulheres, nos sentidos em determinados espaços na cidade. Considerando a interseccionalidade, no caso das mulheres negras, sob a ótica racista colonial, elas são vistas meramente como um produto a todo sempre disponível à exploração e à servidão.

Ainda, no âmbito da análise generificada do espaço urbano, é apresentada a supremacia do carro e do falo como forma e prática de perpetuar o poder masculino, uma masculinidade hegemônica (Robert CONNELL; James MESSERSCHMIDT, 2013) que simbolicamente e subjetivamente conforma e perpetua a “*ideia raiz* das violências urbanas” (BERTH, 2023, p. 194, grifos do original). A carrocacia é uma forma de exclusão das mulheres e corpos feminizados do direito à cidade, são elas as que mais utilizam o transporte público e, portanto, as mais prejudicadas com as políticas que prescindem o transporte coletivo ao individual. O imperativo do carro conforma uma “[...] violência institucional que mutila cidadanias de forma naturalizada [...]” (BERTH, 2023, p. 207), reforçando opressões de classe, raça e gênero. As mulheres

[...] estão sempre às voltas com a mensagem de que elas é que são inadequadas para a cidade, e não o contrário. [...] O espaço das cidades também reforça a ideia de dependência

feminina [...] de que a cidade não é o espaço para uso e permanência das mulheres (BERTH, 2023, p. 211).

O mesmo ocorre com o falocentrismo na arquitetura da cidade. Os arranha-céus e os paredões que conformam o desenho urbano reforçam a linguagem patriarcal, de uma supremacia baseada na hierarquia e no dinheiro, assim como demarca a inferioridade das mulheres e outros grupos subalternos. A arquitetura fálica escreve na cidade a simbologia e os discursos da masculinidade dominante, desvelando que “O falocentrismo é a marca da supremacia masculina e patriarcal que situa a mulher hierarquicamente, sempre gravitando em torno do homem. [...] É na configuração espacial que muitas ideias se materializam.” (BERTH, 2023, p. 221-237, grifo da autora).

De forma geral o livro de Berth traz discussões que já permeiam o campo da arquitetura e urbanismo e dos estudos urbanos. As geógrafas feministas inglesas Doreen Massey, Linda McDowell, Rose Gillian e Liz Bondi, por exemplo, foram pioneiras em trazer as questões de gênero e corpo para se discutir o espaço urbano e, de certa forma, o texto poderia ter explorado diálogos com essas autoras. Por outro lado, Berth consegue adentrar no campo do debate contra-hegemônico com nuances que são próprias do espaço latino-americano, explorando a questão da racialidade e do nó da terra como conformadores do espaço social brasileiro. As discussões que propõe têm como meta estabelecer uma contranarrativa do espaço urbano e da história da arquitetura, que desafia as linguagens opressivas vigentes. Na conclusão do livro, defende que o processo de decolonizar a arquitetura e urbanismo passa pelo empoderamento de pessoas e comunidades e, em certa medida, isso já se encontra em curso na “[...] insurgência que transforma as senzalas da colonialidade em quilombo [...]. Decolonizar a arquitetura e o urbanismo, portanto, é parte da ação de reversão do epistemicídio imposto ao povo brasileiro” (BERTH, 2023, p. 257-273). Portanto, são nas periferias, nas favelas, por meio da autoconstrução e auto-organização que as alteridades subalternas lutam pelo direito à cidade, se constituindo como cidadãos no processo e tendo como horizonte utópico uma cidade feminista que visa romper com a estabilidade da lógica capitalista, colonial, racista e sexista do espaço.

Referências

- BENTO, Cida. *O pacto da branquitude*. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.
- BERTH, Joice. *Se a cidade fosse nossa: racismo, falocentrismos e opressões nas cidades*. São Paulo: Paz e Terra, 2023.
- COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. *Interseccionalidade*. Trad. de Rane Souza. São Paulo: Boitempo, 2020. eBook.
- CONNELL, Robert W.; MESSERSCHMIDT, James W. “Masculinidade hegemônica: repensando o conceito”. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 21, n. 1, p. 241-282, jan. 2013. Disponível em <https://www.scielo.br/j/ref/a/cPBKdXV63LVw75GrVvH39NC>. Acesso em 17/03/2025.
- HARDING, Sandra. “A instabilidade das categorias analíticas na teoria feminista”. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 01, n. 01, p. 07-32, 1993. Disponível em <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/15984>. Acesso em 20/02/2025.
- KERN, Leslie. *Cidade Feminista: a luta pelo espaço em um mundo desenhado por homens*. Trad. de Thereza Christina Rocque da Motta. Rio de Janeiro: Oficina Raquel, 2021.
- LEFEBVRE, Henry. *O direito à cidade*. Trad. de Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2001.
- MARICATO, Erminia. “A terra é um nó na sociedade brasileira... também nas cidades”. *Cultura Vozes*, Petrópolis, v. 93, n. 6, p. 7-22, 1999. Disponível em <https://www.labhab.fau.usp.br/publicacoes/a-terra-e-um-no-na-sociedade-brasileira-tambem-nas-cidades/>. Acesso em 17/03/2025.
- QUIJANO, Aníbal. “Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina”. In: LANDER, Edgardo (org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Colección Sur Sur, Buenos Aires: Clacso, 2005. p. 227-278. Disponível em https://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_Quijano.pdf. Acesso em 17/03/2025.
- SANTOS, Milton. “As cidadanias mutiladas”. In: LERNER, Julio (ed.). *O preconceito*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1996. p. 133-144.
- SCOTT, Joan Wallach. “Experiência: tornando-se visível”. In: SILVA, Alcione Leite da; LAGO, Mara Coelho de Souza; RAMOS, Tânia Regina Oliveira (org.). *Falas de Gênero: teorias, análises, leituras*. Florianópolis: Editora Mulheres, 1999. p. 21-55.

VILLAGRÁN, Paula Soto. "Repensar el hábitat urbano desde una perspectiva de género. Debates, agendas y desafíos". *Andamios, Revista de Investigación Social*, Ciudad del Mexico, v. 13, n. 32, p. 37-56, set./ago. 2016. Disponível em https://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1870-00632016000300037. Acesso em 17/03/2025.

Larissa Siqueira Chaves (larissasiqueirachaves@gmail.com) é doutoranda e mestra (2022) em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Graduou-se em Ecologia pela Universidade Estadual Paulista (2011) e em Arquitetura e Urbanismo pela UFSC (2018). Atua na Residência em Assessoria Técnica em Habitação de Interesse Social (ATHIS) do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (UFSC). Sua pesquisa aborda as relações entre gênero, ecologia e direito à cidade, sob perspectivas interseccionais e contra-hegemônicas.

COMO CITAR ESTE ARTIGO DE ACORDO COM AS NORMAS DA REVISTA

CHAVES, Larissa Siqueira. "Cidades, gênero e poder: a espacialização das opressões". *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 33, n. 2, e105376, 2025.

CONTRIBUIÇÃO DE AUTORIA

Não se aplica.

FINANCIAMENTO

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

CONSENTIMENTO DE USO DE IMAGEM

Não se aplica.

APROVAÇÃO DE COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

Não se aplica.

CONFLITO DE INTERESSES

Não se aplica.

LICENÇA DE USO

Este artigo está licenciado sob a Licença Creative Commons CC-BY 4.0 International. Com essa licença você pode compartilhar, adaptar, criar para qualquer fim, desde que atribua a autoria da obra.

HISTÓRICO

Recebido em 20/02/2025
Reapresentado em 18/03/2025
Aprovado em 24/03/2025

